

Assunto: Câmara Municipal de S. João da Madeira fez uso de programas de estágio e programas CEI para precarizar invisual responsável pelo Centro de Leitura Especial

Destinatário: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

Foi tornada pública a situação de precariedade e de negação de direitos laborais a um trabalhador, responsável pelo Centro de Leitura Especial da Biblioteca Municipal de S. João da Madeira.

Este Centro de Leitura Especial entrou em funcionamento há 4 anos através de financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian e depois de a ACAPO ter indicado que no município de S. João da Madeira e municípios vizinhos existiria uma comunidade de cerca de 400 invisuais. Assim, o Centro de Leitura Especial iniciou o seu trabalho, disponibilizando livros e títulos de imprensa em braille, formas de impressão em braille, assim como a gravação de livros.

Vítor Ferreira foi desde o início o responsável e impulsionador do projeto, tendo estado a trabalhar durante todo este tempo ao abrigo de vários programas de estágio ou outros programas como os CEI e CEI+. O último programa através do qual foi 'empregue' pela Câmara Municipal de S. João da Madeira terminou no dia 3 de junho e a Câmara Municipal já disse que não pretende contratar este trabalhador, invisual, que durante 4 anos trabalhou exclusivamente para o desenvolvimento do Centro de Leitura Especial.

A Câmara Municipal de S. João da Madeira fez uso consecutivo de programas como estágios, contratos emprego inserção e medidas estágio-emprego para precarizar este trabalhador, nunca tendo procedido a uma contratação efetiva e negando, durante estes anos, os seus direitos laborais.

Ouvimos muitas vezes o Governo a dizer que tais programas de estágio ou contratos emprego-inserção servem para garantir a integração de trabalhadores, mas a prática mostra que não é assim. Muitas entidades utilizam estes programas como forma de conseguir mão de obra gratuita, não assumindo qualquer tipo de vínculo com o trabalhador.

Pior é quando é uma Câmara Municipal a aproveitar-se destes programas para promover a precariedade e a exploração, porque é disso que se trata quando um trabalhador, depois de 4 anos de trabalho, é dispensado sem mais nem menos e sem qualquer tipo de indemnização ou proteção laboral.

É urgente que o Governo esclareça se concorda e acompanha esta forma de utilizar programas estágio ou contratos emprego inserção e se acha correto que uma autarquia seja o pior exemplo possível no que toca a respeito para com os trabalhadores.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, as seguintes questões:



1. Tem conhecimento desta situação?

2. Concorde com a utilização consecutiva de estágios e outros tipos de programas e medidas para prolongar a precariedade deste trabalhador?
3. Concorde que uma autarquia possa estar recorrentemente a aceder a este tipo de programas quando deveria proceder à contratação efetiva do trabalhador?
4. Não considera que isto se traduz numa situação de precariedade e exploração inadmissíveis?
5. Como é possível que uma entidade possa estar recorrentemente a candidatar-se a medidas e programas junto do IEFP para ocupação do mesmo posto de trabalho, furtando-se à verdadeira criação de emprego?

Palácio de São Bento, 08 de junho de 2015.

O deputado
Pedro Filipe Soares